

O EMPREGO AGRÍCOLA E O EMPREGO RURAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 1981 A 1990¹

*Lauro Mattei²
Renata Bianconi³*

1. INTRODUÇÃO

As transformações estruturais do sistema capitalista em curso impactam diretamente a questão do emprego, colocando-o como um dos problemas da maior gravidade para as sociedades contemporâneas, isto porque ele deixou de ser um tema específico de um determinado país e passou a ter um alcance global, principalmente a partir da emergência das graves crises econômicas que afetaram as principais economias capitalistas nas últimas décadas.

Neste sentido, tornou-se muito comum a interpretação de que a emergência do problema do desemprego em um mundo que se reestruturava produtivamente e se globalizava decorria dos excessos de regulação do mercado de trabalho e das próprias relações trabalhistas, além das debilidades existentes nos sistemas educacionais de formação e de qualificação profissional da mão-de-obra. A solução para tais problemas foi buscada nas políticas de ajustes estruturais, as quais pretendiam flexibilizar as relações de trabalho como resposta ao grave problema do emprego.

No entanto, o panorama atual do desemprego no mundo com suas múltiplas dimensões (desemprego aberto, de longa duração e com efeitos diferenciais sobre os jovens e as mulheres) parece demonstrar

1 Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro dos Economistas - Fortaleza (CE). Tendo em vista as mudanças metodológicas que ocorreram nas PNADs a partir de 1992, não é possível ainda uma comparação dos dados da década de oitenta com os dados da década de 90. No âmbito do projeto "Rurbano" estamos desenvolvendo uma metodologia que tornará possível as comparações entre as duas décadas. Os autores agradecem a leitura e os comentários de Eneuto Pessoa Filho.

2 Doutorando em Economia no IE/UNICAMP.

3 Mestranda em História Econômica no IE/UNICAMP.

que toda a lógica das políticas macroeconômicas não produziu os efeitos esperados, isto porque observa-se uma escalada crescente da precarização das relações trabalhistas, precarização esta que é externalizada através da flexibilização e da informalização do mercado de trabalho.

No Brasil, especificamente, o processo de estagnação econômica das últimas décadas provocou efeitos danosos sobre o mundo do trabalho. Apesar do elevado crescimento das oportunidades de trabalho verificado durante a expansão industrial, o mercado de trabalho brasileiro se tornou muito heterogêneo e discripante. Pesa, neste caso, a correlação indireta entre o crescimento econômico e o aumento do poder de compra dos salários observada ao longo dos "anos dourados". Essas discrepâncias têm seus efeitos potencializados nos momentos de crise econômica. Assim, durante a longa crise que se abateu sobre a economia brasileira desde o início da década de oitenta foi possível se observar um crescimento extremamente lento do emprego formal e um correspondente aumento das relações de trabalho sem contratos formais o que levou a um processo de deterioração do mercado de trabalho.

Na agricultura brasileira, devido as profundas transformações estruturais das últimas décadas, gerou-se uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais, a qual alterou fundamentalmente a estrutura e a composição do emprego. Por um lado, a expansão do padrão fordista de produção à agricultura conduziu a um processo crescente de industrialização e de capitalização do setor agroalimentar, o que gerou um aumento da dependência da agricultura para com a indústria. Com isso, a agricultura deixou de ser um setor econômico específico e está cada vez mais subordinada às relações industriais de produção. Por outro, a integração vertical da produção agropecuária, naquilo que ficou conhecido como sistema ou complexo agroindustrial, alterou significativamente o mercado de trabalho agrícola. Decorre daí todo um processo em curso de flexibilização, precarização e informalização do emprego agrícola.

Desta maneira, não faz mais sentido, diante dos fatos atuais, uma análise setorial nos moldes tradicionais e estritamente voltada para o diagnóstico dos problemas das atividades agrícolas isoladas do res-

tante das atividades econômicas, tanto em termos da estrutura produtiva quanto em relação às condições de trabalho.

Este é um dos aspectos que vem merecendo bastante atenção atualmente no meio acadêmico. Segundo Graziano da Silva (1996), "pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas últimas décadas como resultado do processo de industrialização da agricultura de um lado; e de outro, da penetração do mundo urbano-industrial naquilo que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura - que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos".

Deste modo, a tomada de decisão sobre o que e como produzir deixou de ser uma atividade exclusiva dos agricultores e passou a ser condicionada pelo conjunto dos agentes econômicos envolvidos no processo produtivo. Desta nova fase emergiu o que ficou conhecido como "os complexos agroindustriais", os quais concentram o poder decisório em seu interior. Decorre daí um novo padrão tecnológico para os sistemas produtivos agroindustriais com efeitos decisivos sobre o emprego rural. No entanto, estes fatos explicam apenas parte das transformações que estão ocorrendo no meio rural.

O outro aspecto importante é que atualmente já não é mais possível falar do mundo rural apenas como um espaço exclusivamente agrícola. Isto porque nele começam a ser desenvolvidas outras atividades antes tipicamente urbanas, merecendo destaque a instalação de indústrias nas zonas rurais e de um sistema de serviços, de transportes e de comunicações que causam fortes impactos sobre o mundo do trabalho. Decorrente deste processo surge o agricultor "part-time", o qual passa a combinar parte de suas atividades agrícolas com outras atividades não-agrícolas como forma de complemento do orçamento familiar, podendo ser internamente ou mesmo fora do seu estabelecimento.

Neste sentido, este texto pretende dimensionar como todas essas questões estão impactando o mercado de trabalho rural, tanto o agrí-

cola como o não agrícola. Assim, após uma breve discussão dos procedimentos metodológicos, apresentaremos uma seção onde são discutidos os aspectos específicos do emprego agrícola, em termos da estrutura e da composição da mão-de-obra. A seção seguinte mostrará como as questões decorrentes das transformações estruturais já estão sendo incorporadas na dinâmica produtiva rural brasileira. Para tanto, serão apresentados alguns dados já disponíveis que dão conta do processo de evolução do emprego não-agrícola no meio rural. Finalmente, são formuladas algumas considerações sobre as principais tendências para o mercado de trabalho rural no país.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A quantificação e a qualificação do mercado de trabalho no meio rural brasileiro são determinadas por diferentes fontes, cujas metodologias utilizam abordagens bem distintas. Os Censos Agropecuários (CA), que produzem informações sobre a ocupação a partir da situação observada nos estabelecimentos agropecuários, captam todo tipo de atividades/ocupações realizadas nos estabelecimentos, não impondo limites de idade ou de tempo trabalhado para considerar as pessoas como ocupadas. Deste modo, os CA computam como ocupados os trabalhadores familiares não remunerados, independentemente do tipo de atividade realizada, da idade e do número de horas ou dias dispendidos na execução das atividades nos estabelecimentos rurais. Os dados mais recentes deste instrumento são de 1985, uma vez que as informações do CA de 1996 ainda não foram tornadas públicas.

As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) produzem informações, através de amostras de domicílios, sobre a população economicamente ativa na agricultura, seguindo, basicamente, os mesmos critérios dos Censos Demográficos (CD). Este instrumento abrange apenas as pessoas de 10 anos ou mais e só considera como economicamente ativos na agropecuária os trabalhadores ocupados e sem remuneração que trabalham habitualmente pelo menos 15 horas semanais. As PNADs mais recentes cobrem vários anos da década de oitenta e, para os anos noventa, existem dados publicados para os anos de 1992, 1993 e 1995. Entretanto, a partir de 1992 houve mudanças

metodológicas e as PNADs passaram a computar como ativas também as pessoas não remuneradas que declararam trabalhar mais de uma hora por semana, além das pessoas que trabalham na produção para consumo próprio e na auto-construção. Decorre daí que as últimas três estimativas do emprego rural não podem ser comparadas com aquelas das PNADs anteriores a 1992.

Devido a essas diferenças metodológicas, o contingente da população ocupada/empregada no meio rural apresenta disparidades consideráveis, como demonstra a tabela 1. Nela, as cifras sobre o volume do emprego, além de apresentar diferenças importantes quando consideradas em termos absolutos, discrepam bastante em suas tendências. Assim, pelo CD pode ser observado que tanto a PEA rural total quanto a PEA rural empregada no setor primário caem no período de 1980 a 1991. No entanto, essa queda é maior na PEA rural do setor primário, sugerindo mudanças na estrutura do emprego rural por ramos de atividades. Já os dados do CA, apesar de apresentarem um aumento do total de pessoas ocupadas entre 1980 a 1985, não permitem fazer tendências do ponto de vista de uma série histórica mais longa, como é o caso dos períodos cobertos pelo CD e pelas PNADs.

Tabela 1. Evolução da PEA Rural, da PEA Agrícola e do Pessoal Ocupado na Agricultura (milhões de pessoas).

	Total (CD)	PEA RURAL Setor Primário (CD)	Total (PNAD)	PESSOAL OCUPADO (CA)
1980	13,0	10,4	-	21,2
1981	-	-	13,3	-
1985	-	-	15,2	23,3
1987	-	-	14,1	-
1989	-	-	13,9	-
1990	-	-	14,2	-
1991	12,4	9,4	-	-
1992	-	-	15,2	-
1993	-	-	15,1	-

Fontes: Aguirre, B.M.B. (1989), Tabela 1, p. 199; Graziano da Silva, J. (1995), Tabela 2, p. 1440; FIBGE, Censos Demográficos 1980 e 1991.

Diante deste quadro, optamos neste trabalho pelo uso das PNADs porque elas fazem um acompanhamento anual do emprego rural, apesar de serem levantamentos com base em amostragem. Ressalta-se que o período analisado - 1981 a 1990 - contém um problema adicional, uma vez que nos anos de 1981 e 1983, em função da seca que se abateu sobre a região Nordeste, contingentes expressivos de trabalhadores rurais ocupados nas "frentes de trabalho" foram contabilizados na categoria "construção civil".

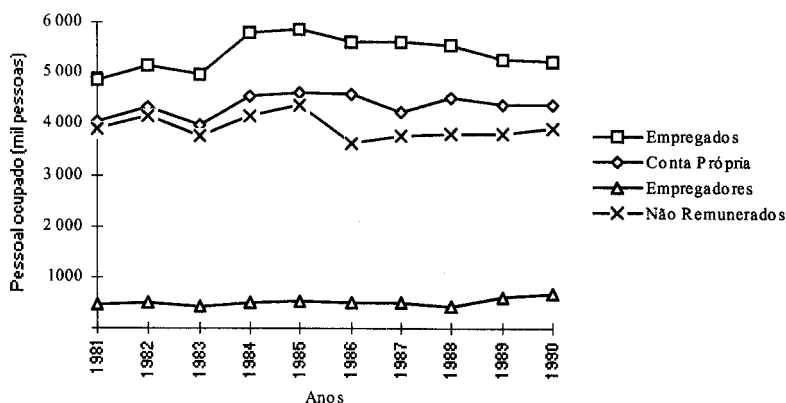
3. O PANORAMA GERAL E O COMPORTAMENTO DO EMPREGO AGRÍCOLA PARA O PAÍS E PARA AS GRANDES REGIÕES DE ACORDO COM A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Os gráficos de 1 a 6 mostram o comportamento do emprego agrícola por posição na ocupação, tanto para o país quanto para as grandes regiões, uma vez que podem ser observadas mudanças na estrutura do emprego agrícola durante o período em discussão. Essas mudanças da participação das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas decorrem, basicamente, dos distintos eventos econômicos que ocorreram ao longo dos anos analisados e das próprias transformações estruturais que foram levadas a cabo na agricultura nas últimas décadas.

Para o país como um todo, (gráfico 1), observa-se uma redução do número dos trabalhadores não remunerados e uma relativa estabilidade dos trabalhadores por conta própria. Entretanto, essa redução não chega a ofuscar o peso do trabalho familiar ainda presente na composição do emprego agrícola brasileiro. No último triênio analisado (1988/1990), os trabalhadores não remunerados representavam 27,07% das pessoas ocupadas, enquanto que os trabalhadores por conta própria representavam 32,23%. Juntando-se essas duas categorias chega-se a 58,3% do total das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, o que confere aos trabalhadores familiares o posto de maior categoria ocupacional da agricultura brasileira. Já a categoria dos assalariados apresenta uma tendência crescente de redução do seu peso relativo

no conjunto do emprego agrícola. Este aspecto tornou-se mais visível na última década onde, em função do processo de mecanização da maior parte das atividades agrícolas (desde o preparo do solo até a colheita) gera-se um excedente estrutural de mão-de-obra. Todavia, convém salientar que este processo assume distintas dinâmicas quando abordado regionalmente, tendo em vista que o processo de modernização da agricultura brasileira não foi linear e homogêneo em todo o país. Do ponto de vista da categoria dos empregadores rurais é possível visualizar uma tendência ascendente, com exceção do Nordeste, em todas regiões do país dessa categoria.

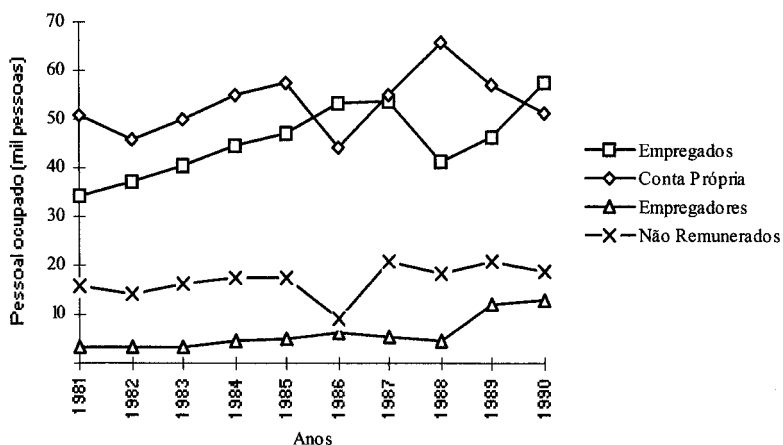
Gráfico 1. Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Brasil, 1981/1990.



Na região Norte (gráfico 2) observa-se que, com exceção apenas do ano de 1986, há um crescimento seqüencial do emprego agrícola, aspecto este que pode ser explicado por ser esta ainda uma região de fronteira agrícola. No último triênio pode ser observado uma redução dos trabalhadores por conta própria, bem como dos trabalhadores não remunerados. Entretanto, essas duas categorias juntas ainda representam aproximadamente 54 % do total das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, o que confere a esses trabalhadores familiares o posto de maior categoria ocupacional agrícola da região. Além disso, a

região confirma também a tendência geral de crescimento da categoria dos empregadores rurais, a qual praticamente dobrou no último triênio, apresentando um percentual de 7,25% do total das pessoas ocupadas. Quanto à categoria dos empregados rurais, observa-se uma tendência de crescimento nos últimos anos, sobretudo no último triênio analisado, onde essa categoria apresentou uma forte recuperação.

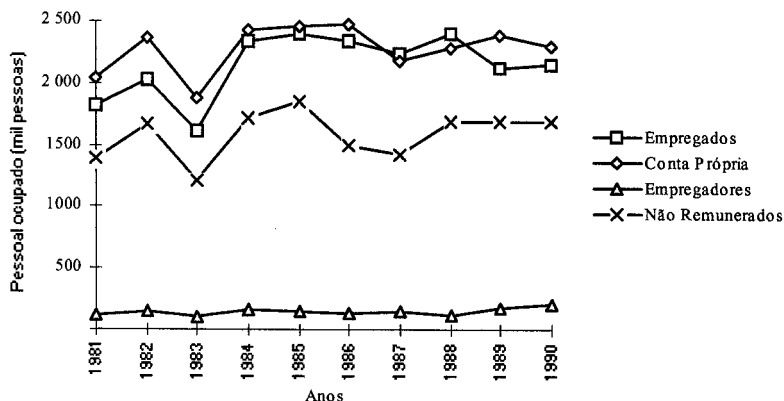
Gráfico 2. Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Região Norte, 1981/1990.



A região Nordeste (gráfico 3) apresenta oscilações importantes. Além dos problemas já esclarecidos nos anos de 1981 e 1983, observa-se uma tendência decrescente do emprego agrícola. Essa queda ocorre praticamente em todas as categorias de ocupação. Mesmo a categoria empregadores, que apresenta crescimento em todas as demais regiões, no Nordeste ela se mantém praticamente estável ao longo do período analisado. Os trabalhadores por conta própria e os não remunerados, apesar de se constituírem na categoria ocupacional de maior peso do emprego agrícola, apresentam uma perspectiva de diminuição. A mesma tendência também pode ser observada para a categoria dos empregados. De certa forma, esta tendência pode ser creditada

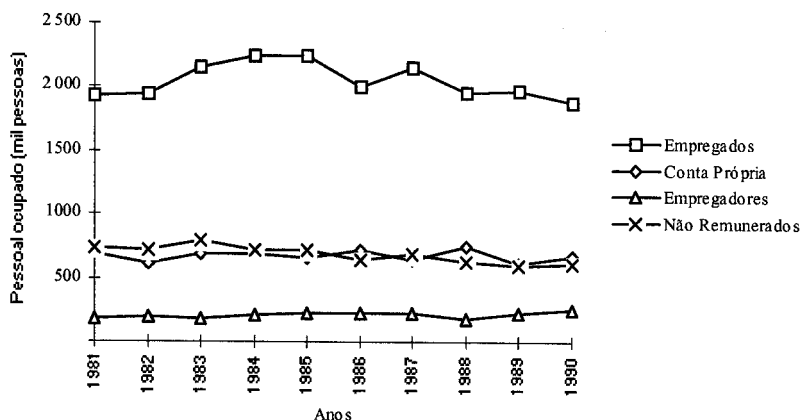
as crises enfrentadas pelas culturas que tradicionalmente ocupam essa categoria de trabalhadores, como é o caso da cana-de-açúcar e do algodão.

Gráfico 3. Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Região Nordeste, 1981/1990.



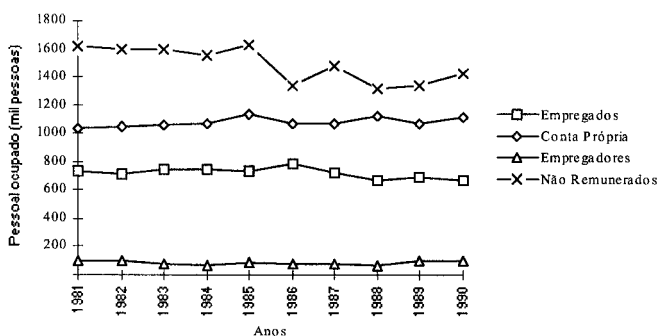
A região Sudeste (gráfico 4) também apresenta uma tendência de queda do emprego agrícola. É a única região onde a categoria dos empregados rurais exerce total predomínio sobre as demais categorias. Porém, nos últimos anos vem se conformando um cenário com tendência de queda significativa do assalariamento rural, o que certamente trará sérias conseqüências para o mercado de trabalho agrícola. Tal tendência é agravada pelo atual estágio da modernização agrícola e pela própria crise enfrentada pelas principais culturas, como é o caso do café e do algodão herbáceo. Tal situação só não é mais grave porque a cultura da cana-de-açúcar consegue manter seus níveis de ocupação. As categorias dos trabalhadores por conta própria e dos não remunerados praticamente se mantém estáveis ao longo do período analisado. Diferentemente das demais regiões, o trabalho familiar nesta região respondia, no último triênio, apenas por 37,36% do total das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. Já a categoria dos empregadores confirma sua tendência geral de crescimento também para esta região.

Gráfico 4. Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Região Sudeste, 1981/1990.



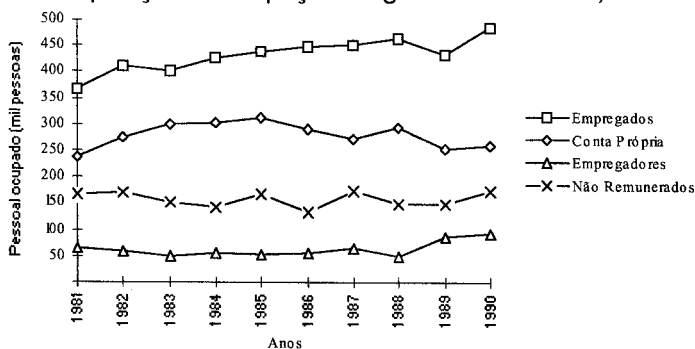
A região Sul (gráfico 5), mesmo com um quadro aparentemente equilibrado do emprego agrícola, não foge à tendência geral do país. A categoria dos trabalhadores por conta própria e dos não remunerados segue liderando a dinâmica agrícola da região, com um percentual de 76,36% do total das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, para o último triênio analisado. No entanto, a segunda metade dos anos oitenta demonstra uma considerável alteração no segmento dos trabalhadores não remunerados. Já a categoria dos empregados apresentou nos últimos anos uma diminuição significativa para a região. Entretanto, este problema é mais específico no Paraná, estado com maior número de empregados da região. Com a crise vivida por algumas culturas com tradição de assalariamento, o problema tende a se agravar. Finalmente, a categoria dos empregadores agrícolas, embora pouca expressiva no Sul, segue a mesma tendências das demais regiões.

Gráfico 5. Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Região Sul, 1981/1990.



A região Centro-Oeste (gráfico 6) é uma das poucas que apresenta uma tendência crescente do emprego agrícola. Por ser uma região de fronteira agrícola, observa-se, guardadas as devidas proporções, um padrão de ocupação um pouco parecido com aquele verificado para a região Sudeste. Assim, é possível visualizar a tendência crescente dos empregados, os quais representavam, no último triênio analisado, 47,77% do total das pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Ao mesmo tempo decresce na participação total a categoria dos trabalhadores por conta própria. Além disso, esta é a região que apresenta uma das maiores taxas de crescimento da categoria empregadores rurais.

Gráfico 6. Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Região Centro-Oeste, 1981/1990.



5 - A EVOLUÇÃO DO EMPREGO RURAL NÃO-AGRÍCOLA NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES⁴

Como já havíamos adiantado na seção introdutória, a emergência do emprego rural não-agrícola é a grande questão que precisa ser contemplada nas análises do mercado de trabalho no meio rural. Embora esta tendência já se tornou uma realidade nos países desenvolvidos, é possível uma demonstração desta nova dinâmica, com base nos dados das PNADs, também para o nosso país. Porém, antes de fazermos esta apresentação, gostaríamos de aprofundar certas questões relacionadas a esta nova forma de ocupação dos agricultores.

A característica básica deste novo agricultor é o desenvolvimento de novas funções não necessariamente vinculadas às atividades agropecuárias. Assim, ele combina atividades tradicionais da agricultura com outras atividades até então mais específicas do meio urbano. Dentre estas, destacam-se a prestação de serviços, o gerenciamento de processos produtivos, as ações em defesa dos recursos naturais, a exploração de outras atividades econômicas no próprio meio como o turismo e o lazer, etc.. Desta forma, esse novo agricultor adquire uma certa autonomia e se transforma em um agricultor de tempo parcial.

Este processo é impulsionado de várias maneiras. Por um lado, há uma certa volta de determinadas indústrias para o meio rural por razões econômicas e também por razões ambientais. Por outro lado, com a melhoria nos sistemas de transportes e de comunicações, bem como de outros serviços públicos, as pessoas acabam voltando a residir no meio rural, uma vez que elas estão a procura de melhor qualidade de vida.

A ocupação deste novo agricultor pode variar de acordo com cada realidade. Para o caso do Brasil, segundo Graziano da Silva (1996), "entre as principais atividades rurais não-agrícolas deve-se destacar, em primeiro lugar, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, em particular, das agroindústrias no meio rural. Em segundo lugar, vem aquelas atividades relacionadas à crescente urbanização do meio

⁴ Esta seção está baseada no recente trabalho do Prof. José Graziano da Silva "O novo rural brasileiro", apresentado na ANPEC em 1996.

rural (como moradia, turismo, lazer e outros serviços). Em terceiro, aquelas atividades relacionadas à preservação do meio ambiente e, em quarto, um conjunto de atividades intensivas (como olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais tipo rã, canários, aves exóticas) cujos produtores - a maioria dos quais de origem urbana - buscam "nichos de mercado" específicos para sua inserção econômica, como alternativa de complementar suas rendas provenientes de trabalho assalariado urbano". O autor destaca também nestas atividades "a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras, como são chamadas no interior".

Estas tendências estão sendo discutidas através dos dados oficiais divulgados ultimamente. A seguir, apresentaremos algumas dessas informações para enfocar as principais características destas mudanças. Um dos primeiros aspectos a ser observado é a forte alteração no crescimento da PEA Rural e da PEA agrícola.

A tabela 3 mostra que, ao longo do período analisado, ocorre um crescimento favorável à PEA Rural quando comparado à PEA Agrícola. Tal crescimento, cuja taxa foi três vezes maior a favor da PEA Rural, significou também uma ocupação por esta última de 2,6 milhões de pessoas a mais que a PEA agrícola. Tal fato vem corroborar as tendências afirmadas anteriormente. Resulta daí que a aceleração da urbanização da agricultura não ocorre mais somente pelo crescimento da PEA agrícola com domicílio urbano, mas também pelo crescimento da PEA não-agrícola com domicílio rural.

Tabela 3. PEA Rural e Agrícola: Brasil, 1981/1990.

PEA	Milhões de Pessoas		Porcentagens (%)		T. cresc. (% a.a.) 1981/90
	1981	1990	1981	1990	
Agrícola	13,1	14,1	28,0	22,0	0,7
(urbana)	2,5	2,7	5,4	4,2	0,6
(rural)	10,7	11,4	22,6	17,8	0,7
Rural	13,0	16,7	29,4	26,0	2,1
Total	47,3	64,1	100,0	100,0	3,4

Fonte: Graziano da Silva, J. (1996)

A tabela 4 mostra que apenas 68,4% das pessoas economicamente ativas residentes na zona rural estavam ocupadas com atividades agropecuárias. O restante estava distribuído em diversos setores. Dentre estes, merece destaque a prestação de serviços com 8%, as indústrias de transformação com 6,9%, o comércio com 3,8% e as atividades sociais com 3,6%. Além disso, é importante destacar também a taxa de crescimento anual de alguns setores. Embora ainda com um baixo percentual no conjunto das atividades não-agrícolas, a administração pública apresentou uma taxa de crescimento de 10,8%, seguida pela prestação de serviços com uma taxa de 9,7%.

Tabela 4. População economicamente ativa residente na Zona Rural ocupada em ramos de atividades não agrícolas. Brasil, 1990.

Setor de atividade	1000 pessoas	(%)	T. cresc. 1981/90 (% a.a.)
Agropecuária	11457	68,4	0,7
Ind. transformação	1159	6,9	6,8
Ind. construção	533	3,2	-3,5
Outras indústrias	167	1,0	3,2
Comércio	636	3,8	8,2
Prestação serviços	1342	8,0	9,7
Serv. aux. ativ. econôm.	101	0,6	7,0
Transportes e comunic.	240	1,4	8,3
Social	616	3,6	8,0
Admin. pública	240	1,4	10,8
Outras ativ. não agríc.	72	0,4	5,4
Procurando emprego	197	1,2	3,9
TOTAL	16760	100,0	2,5

Fonte: Graziano da Silva, J. (1995)

A tabela 5 mostra a distribuição da PEA rural segundo o ramo de atividade econômica para o conjunto do país e também para as grandes regiões, exceto a região Norte. Observa-se que a região Sudeste é a que apresenta o maior comprometimento da PEA rural com atividades não agrícolas: em 1990, 41,5% da referida PEA já se encontrava ocupada em atividades não agrícolas, destacando-se aí as atividades da indústria de transformação e as de serviços. Já a região Sul, com

índices de industrialização da agricultura muito semelhantes aos da região Sudeste, encontra-se no polo oposto. Para o país como um todo, em 1990, 35,2% da PEA rural estava ocupada com outras atividades que não as agrícolas.

Tabela 5. Distribuição da PEA rural segundo o ramo de atividade econômica. Brasil e regiões (%), 1990.

RAMO	CO	NE	SE	SU	BR
Agropecuária	62,0	71,8	58,5	73,1	68,4
Ind.transform	5,9	6,1	9,2	6,5	6,9
Ind.construção	3,0	2,8	4,8	2,3	3,2
Outras indústrias	1,9	0,9	0,9	1,1	1,0
Comércio	5,2	4,1	3,8	2,7	3,8
Serviços pes.	10,8	6,0	13,0	6,8	8,0
Serv.aux.prod	1,3	0,4	0,9	0,3	0,6
Transp. e Comunic.	2,0	1,1	1,8	1,5	1,4
Social	4,9	4,2	3,3	2,6	3,6
Adm.pública	1,9	1,4	1,3	1,5	1,4
Outras não agric.	0,3	0,2	0,8	0,5	0,4
Desemprego	0,9	1,0	1,7	1,1	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : Graziano da Silva, J. (1996).

Todos os dados apresentados anteriormente tiveram por objetivo mostrar os principais aspectos da nova dinâmica do meio rural brasileiro, no que tange especificamente à ocupação dos agricultores. Isto porque, nas palavras de Graziano da Silva (1995), "já não se pode mais caracterizar o mundo rural como um espaço eminentemente agropecuário. Hoje, a ele se agregam outras dimensões não produtivas, como o lazer e a preservação ambiental. E a PEA-rural vem se tornando cada vez mais não-agrícola".

6. PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES E TENDÊNCIAS

Este trabalho procurou mostrar através dos dados das PNADs duas questões fundamentais para o mercado de trabalho do meio rural. Em

primeiro lugar, demonstramos o comportamento e a evolução do emprego agrícola em termos do país e das grandes regiões, com enfoque prioritário sobre a posição na ocupação. Em segundo lugar, procuramos evidenciar, através de dados e informações atualizados, alguns aspectos daquilo que pode ser considerado "o novo" no cenário rural brasileiro, o qual apresenta uma tendência à ocupação em outras atividades econômicas não necessariamente ligadas às atividades agrícolas. Estas duas ordens de questões nos permitem fazer diversas afirmações.

Especificamente com relação ao emprego agrícola, os dados sugerem a conformação de uma tendência de redução da participação deste no conjunto do emprego rural. Pela tabela 5, podemos observar que tal tendência, apesar de ser bem mais evidente no Sudeste e no Centro-Oeste, aparece também nas outras regiões, mesmo que em menor proporção. Além disso, mesmo com o crescimento do emprego agrícola verificado nas regiões Norte e Centro-Oeste, é de se esperar para a década de noventa sérios problemas nesta área, uma vez que essas regiões que apresentam tendência crescente têm uma participação pouco expressiva no âmbito do país.

Quanto à evolução das pessoas ocupadas segundo à posição na ocupação, alguns aspectos gerais e regionais são importantes. Para o país, a categoria dos trabalhadores não remunerados e dos trabalhadores por conta própria, apesar de apresentar uma tendência decrescente, ainda representava, em 1990, 58,3% do pessoal ocupado nas atividades agrícolas. Regionalmente, essas categorias que conformam o trabalho familiar são bem mais expressivas no Sul, com aproximadamente 77% do total, e no Nordeste, com aproximadamente 63% do total. Enquanto isso, no Sudeste do país o trabalho familiar representa não mais que 44% da força de trabalho agrícola. Já a categoria dos empregados agrícolas vem apresentando uma tendência de queda de sua participação no número total, principalmente a partir da segunda metade dos anos oitenta. Tal fato é mais significativo naquelas regiões onde esta categoria é mais expressiva, destacando-se aí as regiões Nordeste e Sudeste. Desta forma, o conjunto dos assalariados representava, em 1990, 37% do total do emprego agrícola. Finalmente, a categoria dos empregadores que, com exceção da região Nordeste,

vem apresentando um crescimento, representava, em 1990, aproximadamente 6% das ocupações agrícolas. Esta tendência é mais fortemente identificada na região Centro-Oeste, principalmente na segunda metade dos anos oitenta.

Estes fatos nos permitem determinadas considerações. Em primeiro lugar, é preciso ter um certo cuidado com algumas afirmações que colocam a tendência indiscutível da predominância das relações de assalariamento na agropecuária brasileira. Mesmo com a expansão da produção agrícola global do país, sobretudo na segunda metade dos anos oitenta, auferidas pelas chamadas "supersafras", tal fato ainda não prevalece.

Considerando-se o Nordeste como exemplo, por ser a região que apresenta o maior índice de assalariamento, não se pode, a partir de dados isolados, apontar tal tendência. Especificamente nesta região, somente nos anos de 1987/88 os trabalhadores por conta própria foram superados numericamente pelos empregados agrícolas. Nos anos posteriores, segue-se uma tendência já verificada ao longo das décadas anteriores onde é visível o predomínio do trabalho familiar. Devido as suas particularidades e, principalmente, nos períodos de dificuldades (como no caso das frequentes secas), os pequenos agricultores acabam se assalariando na própria agricultura ou em outros setores econômicos como forma de manutenção da renda familiar. No entanto, quase sempre mantém sua relação com a propriedade rural.

Em segundo lugar, é preciso ter presente as profundas alterações ocorridas nos últimos períodos no padrão produtivo da agropecuária brasileira. Tais transformações estão diretamente relacionadas à incorporação de novos processos tecnológicos, os quais substituem e eliminam a participação da força de trabalho humana nos ciclos produtivos. Este aspecto é bem significativo, não somente pela mecanização agrícola desde o preparo do solo até a colheita, mas também pela própria incorporação dos produtos químicos na execução dos tratamentos culturais, atividades estas que ocupavam um elevado número de trabalhadores. Mesmo com o crescimento apresentado por algumas culturas de mão-de-obra intensiva, caso de algumas frutas e hortaliças, tal tendência dificilmente compensará a perda dos postos de trabalho verificada naque-

las culturas com elevados índices de ocupação, como é o caso do café e do algodão herbáceo. Já a cana-de-açúcar, em função das modernas tecnologias que estão sendo desenvolvidas, provavelmente seguirá na mesma direção.

Em terceiro lugar, e decorrente do processo acima citado, observa-se empiricamente um forte impacto sobre as ocupações agrícolas temporárias. Isto porque, com o aumento da produtividade do trabalho verificado na agropecuária brasileira nos anos oitenta, alteram-se as formas de contratação da mão-de-obra agrícola. Desta maneira, poderá ocorrer sérias consequências sobre o nível de ocupação do trabalhador temporário (safista), uma vez que culturas tradicionais, como é o caso da cana-de-açúcar, que empregavam proporções consideráveis de trabalhadores rurais passam a sinalizar com a tendência pela contratação de empregados permanentes.

Quanto ao emprego rural não-agrícola, mesmo com informações ainda bastante precárias, é possível de se visualizar algumas questões. A mais importante delas é aquela apontada pelo comportamento da PEA rural, a qual apresenta como fato novo o crescimento das pessoas economicamente ativas em atividades não-agrícolas com domicílio no próprio meio rural. De certa forma, este fato altera uma tendência das últimas décadas, onde predominava apenas a urbanização da PEA agrícola.

Além disso, o crescimento de outras atividades no meio rural não diretamente vinculadas às atividades agrícolas é destacado. Neste caso, a região Sudeste, por apresentar os maiores índices de industrialização da agricultura é a que ilustra melhor este fato. Nela podemos observar a presença de outras ocupações, as quais poderão compensar de alguma forma a perda de espaço do emprego agrícola e, também, servir de fonte complementar da renda familiar. Entretanto, é sempre bom observar que a região Sul, também com elevados índices de industrialização da agricultura, não apresenta comportamento semelhante, situando-se no polo oposto ao da região Sudeste. Todavia, isto pode ser explicado pelos diferentes sistemas produtivos e pelas distintas formas de ocupação da terra em cada região.

É neste contexto de grandes mudanças que as políticas públicas de desenvolvimento rural que visam atacar o problema do emprego precisam ser repensadas. Por um lado, o rural não pode mais ser focado apenas sob os aspectos estritamente da produção agrícola, mas como um espaço onde emerge novas relações econômicas e sociais decorrentes do processo de agroindustrialização da agricultura, a qual deixou de ser um setor autônomo no âmbito da economia. Agora, tanto a lógica de funcionamento da produção familiar quanto o processo de assalariamento rural estão subordinados ao "commodity system approach" que determina a dinâmica e o ritmo da produção agropecuária e que, em última instância, afeta diretamente as formas de trabalho no meio rural. Por outro, essas políticas não podem também ser concebidas de maneira idêntica para o país, pois como vimos, as diferenças regionais são cada vez mais profundas. Assim, as especificidades regionais deverão assumir papel preponderante em qualquer política pública que almeja influenciar os destinos do desenvolvimento local e regional.

7. BIBLIOGRAFIA

- AGUIRRE, B.M.B. (1989). Perspectivas do mercado de trabalho rural no Brasil. *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba (SP).
- BALSADI, O.V. *Força de trabalho na agricultura brasileira no período 1988-95*. Mimeo, 18 pg, s/d.
- FIBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Vários Anos.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1996). O novo rural brasileiro. *Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia*, Águas de Lindóia (SP).
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1995). Urbanização e pobreza. In: RAMOS, P. e REYDON, B.P. (orgs.). *Agropecuária e Agroindústria no Brasil: Ajuste, Situação Atual e Perspectivas*. UNICAMP/IE/NEA-ABRA, Campinas (SP).

- GRAZIANO DA SILVA, J. (1995). Evolução do emprego rural e agrícola. *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Curitiba (PR).
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1994). Evolução do emprego rural na década de oitenta. In: MATTOSO, J.E.L e outros (orgs.). *O Mundo do Trabalho*, MTb/PNUD SCRITTA-UNICAMP/CESIT, São Paulo (SP).
- MARTINE, G. (1989). Modernização agrícola e emprego rural no pós-guerra. *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba (SP).